

## **A resposta para transformar a política somos nós! Construindo a Campanha Indígena para aldear a política em 2026**

A Campanha Indígena é uma luta política construída por nós da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), junto com nossas organizações regionais de base. Ela nasce do acúmulo histórico das nossas lutas e da nossa presença na construção política do país, reunindo reflexões e práticas sobre a ocupação dos espaços institucionais. Em 2026, diante do cenário eleitoral, lançamos nossa mensagem de construção da Campanha Indígena durante nossa principal mobilização nacional, o Acampamento Terra Livre (ATL), afirmando esse espaço como instância central da nossa articulação nacional.

Foi em 2017, também durante o ATL, que tornamos pública pela primeira vez essa construção, com nosso chamado "[Por um Parlamento cada vez mais indígena](#)". Naquele momento, denunciávamos a ausência de representantes comprometidos com os povos indígenas e apontamos o avanço de setores ligados ao agronegócio, de grupos fundamentalistas religiosos, de militares e de forças de extrema direita dentro do Congresso Nacional, que atuam diretamente contra nossos direitos.

Esse posicionamento foi construído em um contexto de aprofundamento da crise política no Brasil. Após o golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder, o governo de Michel Temer impulsionou medidas que afetaram diretamente os povos indígenas. Entre elas, o Parecer nº 001/2017 da Advocacia-Geral da União, que impôs a tese do marco temporal como diretriz para a Administração Pública Federal. Essa medida travou processos de demarcação, ampliou as inseguranças jurídicas, contribuiu para o avanço de crimes contra nossos povos e agravou conflitos territoriais, dentro de uma agenda antidemocrática contra nossos direitos originários e golpista contra a Constituição Federal.

A partir desse período, o avanço da extrema direita no Brasil passou a fortalecer projetos que enfraquecem diretamente nossos direitos. Esse movimento se expressa na tentativa de impedir novas demarcações e rever decisões sobre territórios já reconhecidos, além de abrir as terras indígenas para exploração de empresas e governos estrangeiros ligados ao agronegócio, à mineração, à indústria madeireira e a grandes projetos de infraestrutura e energia. Esses interesses invadem nossos territórios para ampliar um projeto neocolonial de ocupação do Brasil e privatizar nossos modos de vida.

Diante desse cenário, que segue avançando com força, a disputa eleitoral se apresenta como parte estratégica do campo de luta dos nossos povos. Essa construção se conecta com uma trajetória mais longa da nossa participação na política nacional. Desde a década de 1960, lideranças indígenas disputam eleições e ocupam espaços institucionais em diferentes regiões do país. Esse caminho segue se ampliando com a presença indígena no Congresso Nacional e no Poder Executivo, com lideranças assumindo funções estratégicas e fortalecendo essa presença nas estruturas públicas em diferentes níveis.

A Campanha Indígena se organiza a partir dessa trajetória para avançar na construção de um projeto político nacional. Nossa proposta é orientar lideranças indígenas que buscam ocupar espaços institucionais e fortalecer uma articulação nacional que dialogue com partidos políticos, com instituições

do sistema eleitoral e com movimentos sociais. Essa construção busca garantir que a participação indígena seja respeitada e que alianças populares sejam fortalecidas a partir dos territórios.

Nosso projeto afirma pautas centrais para o presente e para o futuro. A demarcação e a proteção das terras indígenas como condição para a vida. A valorização das economias indígenas e das formas próprias de sustentar os territórios. O respeito aos saberes e modos de vida. O enfrentamento ao racismo estrutural. O reconhecimento do meio ambiente como sujeito de direitos. O Bem Viver como caminho de construção social em equilíbrio com a natureza e em coerência com o enfrentamento das desigualdades. A proteção dos territórios como espaços sagrados e o reconhecimento da contribuição indígena como parte viva da cultura brasileira.

Os povos indígenas, ao mesmo tempo em que resistem a um processo histórico de violência, sustentam formas de vida que garantem a continuidade da existência. Essa experiência carrega caminhos para enfrentar o presente e projetar o futuro. Quem ainda insiste em tratar os povos indígenas como obstáculo ao desenvolvimento reforça uma mentira que serve aos interesses dos nossos inimigos, que insistem em impor projetos políticos em que a morte se coloca como objetivo final desse modelo.

O Acampamento Terra Livre, como maior mobilização indígena do país, é o espaço onde essa construção ganha força coletiva. É aqui que a Campanha Indígena se apresenta para projetar nossas propostas como parte de uma estratégia maior de luta. Nosso futuro não está à venda porque existem povos organizados, apresentando suas próprias respostas para o país.

### **Nosso futuro não está à venda. A resposta somos nós**

*Acampamento Terra Livre, Brasília, 06 de abril de 2026*

#### **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (ARPINSUDESTE)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL)

Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)

Conselho do Povo Terena (CONSELHO TERENA)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá (ATY GUASU)

**Histórico**

Os povos indígenas sempre estiveram presentes na política brasileira. Desde a década de 1960, lideranças indígenas ocupam espaços institucionais em diferentes regiões do país. Manoel dos Santos, do povo Karipuna, foi eleito vereador no Oiapoque, no Amapá, em 1969. Angelo Kretã, do povo Kaingang, foi eleito vereador em Mangueirinha, no Paraná, em 1979. Mário Juruna tornou-se o primeiro deputado federal indígena em 1982. Mais recentemente, a eleição de Joenia Wapichana em 2018 e a candidatura de Sonia Guajajara à presidência marcaram novos momentos dessa trajetória. Em 2022, novas lideranças ampliaram essa presença no Congresso Nacional, com Célia Xakriabá, Sonia Guajajara e Juliana Cardoso, sendo eleitas deputadas federais. Em 2023, o movimento indígena conquistou avanços importantes com a ampliação da presença de lideranças indígenas nos espaços institucionais. No Poder Executivo, Sonia Guajajara assumiu o inédito Ministério dos Povos Indígenas, Joenia Wapichana a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas e Weibe Tapeba a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Além disso, em diferentes estados, foram criadas secretarias voltadas aos povos indígenas, fortalecendo a presença indígena nas estruturas públicas.